

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso – princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999. 100p.

*Bethania Mariani**

A transformação da aula em texto escrito é já uma tradição no Ocidente. Tradição instituída, pelo menos, desde o final da Idade Média, época em que o curso-preleção era transcrito pelos alunos, ou preparado para publicação pelo próprio professor, até a contemporaneidade, na qual obras fundadoras foram resultado do trabalho para/em classe – como o *Curso de lingüística geral*, de Saussure, por exemplo.

O trabalho de Eni Puccinelli Orlandi se insere naquela tradição, e a autora explicita isto, ao explicar a forma proposta para seu mais recente livro (*Análise do discurso – princípios e procedimentos*): “Inspirei-me em meus cursos de introdução”. E não é sem razão que Eni Orlandi procede desta forma, pois um percurso de aulas pode ir além da simples exposição de um conteúdo disciplinar. A classe pode ser um momento de formulação em que o trabalho de apresentar e discutir a teoria promove um convite às indagações e, desta forma, um estado quase permanente de reflexão. A emergência da teoria, não como algo previamente sacralizado que se transmite como um conteúdo disciplinar burocratizado, mas como um argumento exposto a outros argumentos, no diálogo constante com os alunos, com suas leituras e visões de mundo divergentes, e com a instituição e seus limites, é importante para revigorar as estruturas do saber.

* Universidade Federal Fluminense.

Assim, o livro de Eni Orlandi, compondo uma série de pequenas “aulas” sobre análise de discurso, nos faz percorrer todo um conjunto de questões que envolve a linguagem, o sujeito e a produção de sentidos.

Trata-se de uma tarefa complexa, pois o campo de conhecimentos que a análise de discurso se propõe a problematizar traz a discussão sobre a entrada no simbólico e a inevitabilidade da interpretação. Se estar na linguagem é estar na interpretação, e o movimento das interpretações na história é tenso, sujeito ao instável e provisório engendramento de significações mas também ao controle e à administração social dos sentidos, um livro sobre a análise de discurso deve instigar o leitor, fazer com que ele se questione sobre este infundável e múltiplo processo de produção de sentidos que cerca seu cotidiano. Sem pretender a completude e sem objetivar um “ponto final definitivo”, *Análise de discurso – princípios e procedimentos* cumpre sua função: expor o olhar-leitor à inquietude dos sentidos.

O livro está dividido em três capítulos. O primeiro desterritorializa uma certa tradição de estudos da linguagem, ao mostrar que do ponto de vista da análise de discurso, nem a linguagem é apenas transmissão de informações, nem os sentidos são transparentes, nem a história e a sociedade são molduras para os dizeres. Para lidar com o discurso, um objeto sócio-histórico constituído por linguagem, os estudos discursivos relacionam a linguagem à exterioridade, entendendo que esta relação é de constituição mútua. Para fazer sentido é necessário que os sentidos signifiquem para o sujeito e na história. Da mesma forma, para que os fatos e os sujeitos façam sentido, pressupõe-se sua entrada no simbólico. Nesta confluência do histórico com o lingüístico, o trabalho de análise incide sobre a forma material que é, como diz a autora “a forma encarnada na história para produzir sentidos”, “o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história” (Orlandi, 1999: 19). A forma material é, portanto lingüístico-histórica e realiza-se no sujeito.

Os dois capítulos seguintes, extensos e detalhados com exemplos, situam as bases dos dispositivos da análise de discurso: o dispositivo teórico da interpretação e o dispositivo analítico. Sendo conseqüente com os pressupostos críticos do campo discursivo, depreende-se nestes capítulos tanto a apresentação de uma forma de conhecimento que se constitui no entremeio ciências humanas e sociais quanto uma tomada de posição frente a história das ciências.

Na apresentação destes pressupostos e das análises empreendidas, depreende-se uma proposta de trabalho em que o político e o simbólico se confrontam. Depreende-se mais ainda, ou seja, depreende-se a força de um campo teórico em permanente processo de reinvestigação de suas próprias bases, permitindo que, para além da simples aplicação de um dispositivo formulado inicialmente na França, haja uma historicização deste campo conforme as diferenças constitutivas do outro lado do Atlântico. Na análise de discurso, o sujeito do conhecimento não ignora a historicidade de seu tempo e de sua formação social

Há, em ambos os capítulos, o trabalho de uma escrita teórica e analítica que desvela os limites da interpretação e se mostra, ao mesmo tempo, contida pelos limiares da própria construção textual. Além disso, dialogando com os conceitos que fundamentam o campo disciplinar dos estudos do discurso, tal como Michel Pêcheux os concebeu entre os anos 60 e 80, outro aspecto importante presente nesses dois capítulos é a apresentação dos desdobramentos conceituais formulados pela própria autora.

O capítulo II (Sujeito, história, linguagem) inicia-se mostrando que sentido é "relação a", daí a sua opacidade, a sua espessura histórica e o seu permanente estar em movimento. Rompendo com toda uma tradição de estudos da linguagem, para a análise de discurso o sentido literal é um efeito ideológico, ou seja, é a ideologia que produz a ilusão da estabilidade da relação língua/mundo e da literalidade dos sentidos. De acordo com Pêcheux, é nas relações de metáfora (transferência) que o sentido se produz, não havendo, portanto, um sentido em si, preso às palavras.

O objetivo da análise de discurso, então, é compreender como se dá a produção de sentidos. Cabe ao analista depreender os gestos de interpretação contidos nos domínios dos objetos simbólicos. A fim de explicitar o trabalho do analista, Orlandi propõe a distinção entre “a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão.” A inteligibilidade situa-se no plano da codificação da língua e, por isto mesmo, afirmar que um texto é inteligível não é suficiente para que ele possa ser interpretável. Para que haja interpretação é necessário haver atribuição de sentidos, ou seja, um estabelecimento de relações entre o texto, o co-texto e o contexto imediato. Já a compreensão, no entanto, supõe o reconhecimento da determinação sócio-histórica dos sentidos bem como a articulação entre os sentidos produzidos em um dado gesto de interpretação e a memória constitutiva dos domínios de saber. Para “saber como as interpretações funcionam” (Orlandi, 1999: 26), cabe ao analista a responsabilidade ética pela formulação das questões da análise. Cabe, ainda, ao analista, a responsabilidade pelo recorte do dispositivo teórico assim como das conclusões a que chegou. A análise de discurso não é um método que visa à descoberta de sentidos ‘ocultos’ ou ‘verdadeiros’ ou ‘imanescentes’ nem é um instrumento neutro de investigação. Ao contrário, trata-se de um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos que a cada análise se redefine, retornando sobre seu próprio saber.

Sem pretender esgotar a riqueza teórica exposta detalhadamente neste capítulo II, até porque, em seu conjunto, muitos dos conceitos se entrelaçam em seus desdobramentos, é importante chamar a atenção para pelo menos três pontos básicos: a questão do sujeito; a tensão entre paráfrase / polissemia e a ideologia. Focalizando sempre o trabalho do analista, a autora mostra que, se o sujeito é afetado pelo inconsciente e pela ideologia, os sentidos que o determinam (ou melhor, o constituem) estão inscritos na tensa relação entre a paráfrase e a polissemia, uma relação que rege o funcionamento da linguagem. Isto quer dizer que o analista precisa buscar situar-se fora do jogo linguageiro instituído pelas formações discursivas, as matrizes de

produção de sentidos. É em função das coerções sociais e das relações entre memória e esquecimento que se dá a administração dos sentidos, promovendo tanto as repetições quanto, ao mesmo tempo e paradoxalmente, as diferenças, momentos de polissemia que rompem com a estabilização e permitem incorporação de outros sentidos. Diz a autora:

Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a um rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante. (Orlandi, 1999:54)

Ora, falar sobre o bloqueio do movimento significante é apontar para as relações de poder e, também, para o funcionamento do ideológico. Para a análise de discurso, através da ideologia ocorre a naturalização das hegemonias decorrentes dos conflitos históricos. Em termos discursivos, ao silenciar a relação do histórico e do simbólico, instituindo a evidência dos sentidos, a ideologia apaga o agir das interpretações. O funcionamento ideológico produz o efeito da unicidade dos sentidos, atua no direcionamento dos processos de significação e dá sustentação ao imaginário que organiza as identificações e as relações discursivas entre os sujeitos. O processo ideológico, enfim, relaciona-se ao excesso, pois constrói as evidências, as cristalizações, a ilusão do sentido já-lá.

Considerando que a linguagem já tem em si mesma, como aspecto constitutivo, a questão da interpretação e considerando, ainda, que na linguagem a ideologia e a incompletude promovem a sedimentação e o movimento dos sentidos, no capítulo III Eni Orlandi apresenta, cuidadosamente, os elementos centrais da construção do dispositivo de análise pelo analista. Também chamando o dispositivo de "escuta discursiva", a autora afirma que o analista deve buscar compreender os gestos de interpretação presentes nas produções discursivas, o que remete para a necessidade das filiações de senti-

dos e do reconhecimento das identificações imaginárias dos sujeitos.

Tendo em vista que de acordo com a análise de discurso não há descrição sem interpretação, o próprio analista precisa compreender que se encontra envolvido na interpretação. Se não se espera que seu lugar seja o da neutralidade, o analista há que deslocar-se para situar-se no entremeio das formações discursivas postas em análise.

A partir destas reflexões iniciais, e sempre mostrando as conexões entre o dispositivo de análise e o dispositivo teórico, a autora elabora uma série de conceituações relevantes e auxiliares na tarefa analítica dos fatos de linguagem. Assim, por exemplo, o processo de construção do *corpus* é considerado como momento inicial da análise, pois implica a seleção do material lingüístico-histórico que será mais detidamente analisado. Na definição de texto e de discurso, por sua vez, encontra-se a produtiva distinção entre a unidade de análise e o objeto teórico, respectivamente. Estabelecendo outras correlações, Orlandi afirma que a distinção entre autor e sujeito é a contraparte da distinção entre texto e discurso.

A análise busca, como já foi dito anteriormente, a compreensão dos processos discursivos responsáveis pelos modos de significação do texto. Cabe ao analista depreender o jogo entre a dispersão do sujeito no texto, ou seja, depreender os momentos em que ocorre a subjetivação ao longo da produção textual. Mas cabe ao analista, também, mostrar os efeitos de disciplina e organização que produzem para a autoria a representação de uma unidade. Percorrendo mais um de seus desdobramentos conceituais, a autora articula o real do discurso, em sua dispersão, suas descontinuidades, sua incompletude e seus equívocos com a constituição do sujeito, sujeito esse assujeitado ao imaginário da completude, da não contradição, da unidade e da coerência. À luz estas distinções, Eni Orlandi desloca a noção de autoria, propondo que a autoria seja considerada como uma função do sujeito. Considerando, então “que a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria” (Orlandi, 1999: 75), a

autora afirma que “um texto pode até não ter um autor específico mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele.” (Orlandi, *idem*).

Um último ponto deve também ser destacado: as noções de silêncio fundador e de silenciamento (ou política do silêncio). Retomando algumas das belíssimas reflexões apresentadas em outro livro¹, Orlandi mostra, por um lado, o ilimitado dos processos de produção das significações que constitui o silêncio fundante e, por outro, as censuras e os limites impostos pelas políticas de silenciamento. O trabalho de análise, portanto, deve sempre considerar não apenas o que está sendo dito, mas também o que não pode ser dito ou o que é dito para que se impeça de dizer outras palavras.

Análise do discurso – princípios e procedimentos é, como afirmamos no início, um convite à reflexão. Não se trata de um livro introdutório que disciplinadamente mostraria um corpo teórico e analítico homogêneo e completo. Não se trata, tampouco, de um manual. Trata-se, isto sim, de um livro que busca iniciar o leitor em um campo de estudos, sem reduzir ou simplificar nada. Levados pela mão de Eni Orlandi, entramos na complexidade da análise de discurso, e, ao findar a leitura de seu livro, somos tentados a ler mais.

¹ Orlandi, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio; no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.